

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

**RELATÓRIO DAS REUNIÕES DO
GRUPO DE TRABALHO DA
POLÍTICA NACIONAL DE MIGRAÇÕES,
REFÚGIO E APATRIDIA**

EIXO 4 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL

SUMÁRIO

	PÁG.
REUNIÃO 09/03/2023.....	03
REUNIÃO 16/03/2023.....	15
REUNIÃO 21/03/2023.....	24

DOCUMENTO PRELIMINAR

REUNIÃO 09/03/2023

I. Identificação

a. Modalidade: Grupo de Trabalho

b. Eixo: EIXO IV – Participação Social

c. Data da reunião: 09/03/2023

d. Membros do eixo presentes na reunião:

- (X) Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP
- (X) Ministério Público Federal – MPF
- () Ministério Público do Trabalho – MPT
- (X) Ministério de Direitos Humanos – MDH
- (X) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do RJ
- () Casa do Brasil em Lisboa
- (X) Casa da gente de Barcelona
- () Conselho Federal de Psicologia
- (X) Conselho Estadual de Psicologia PR
- (X) Conselho Estadual de Psicologia MG
- () Conselho Municipal de Imigrantes – CMI
- (X) Defensoria Pública da União – DPU
- (X) Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR
- (X) Organização Internacional para Migrações – OIM
- (X) Província Maria Mãe dos Migrantes
- () Ação Social Irmandade Sem Fronteiras
- () Venezuela Global
- () Cozinha Sem Fronteiras
- (X) Mawon
- (X) Viva Rio
- () Solidarity Center
- () Venezuela Global

e. Especialistas presentes no eixo:

- () Cyntia Sampaio
- (X) Duval Fernandes
- (X) Charles Pontes Gomes, Centro de Proteção a Refugiados e Migrantes Internacionais
- () Denise Cogo

f. Coordenador do Eixo: Paulo Illes (MJSP) e Amarilis Tavares (MJSP) – reunião conduzida por Amarilis

g. Relatora do Eixo: Camila Breitenvieser (ACNUR)

h. Forma de realização da reunião (presencial ou online): Online, via teams

II. Relatoria

1. Amarilis Tavares – MJSP (Coordenadora suplente do eixo)

- Boas-vindas, apresentação da programação da reunião, da equipe de apoio e dos participantes do eixo
(A equipe de apoio se apresentou brevemente: Marina Bernardes – MJSP; Truyitraleu Tappa– DEMIG; Camila Breitenvieser – ACNUR)

2. Truyitraleu Tappa – MJSP

- Apresentação das perguntas norteadoras e dos temas para discussão do eixo:
(i) Perguntas norteadoras:

- a. Quais são as estruturas de participação que existem hoje nas quais os migrantes têm protagonismo?
 - b. Como é possível melhorar a participação dos migrantes?
 - c. Quais estruturas são preciso criar para garantir a participação social?
- (ii) Temas para discussão no dia:
- a. Conselhos e Comitês existentes;
 - b. Formatos possíveis para participação de migrantes nos conselhos de políticas públicas;
 - c. Sistemas de participação de migrantes na construção, formulação e implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia;
 - d. Espaços de debates regionais;
 - e. Espaços de debates para brasileiros no exterior;
 - f. Conferência Nacional de Migração e sua importância para concretização da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia

3. Socorro Tabosa – OIM

- Diagnóstico

- Definição de migrante inclui qualquer pessoa que cruze a fronteira, de forma voluntária ou não. A definição ampla permite trabalhar com qualquer pessoa em movimento, com especial atenção àquelas em situação de vulnerabilidade;
- Migração é inevitável (aspecto demográfico, econômico e ambiental), necessária (atendimento da demanda de trabalho e dinamismo das economias e sociedades) e benéfica (para migrantes e sociedade);
- Brasil tem hoje quase 2 milhões de migrantes internacionais;
- Dois objetivos do Pacto Global das Migrações são pertinentes para esse eixo: Objetivo 16 – estabelece necessidade de empoderar migrantes e sociedade para plena inclusão e coesão social; e o Objetivo 19 – criar condições para migrantes contribuírem plenamente para o desenvolvimento sustentável em todos os países.

- Propostas de melhoria

- (i) Fortalecer os conselhos e comitês locais (estaduais e municipais), previstos em lei e com a participação de migrantes
 - Identifica-se múltiplas formas de funcionamento e a maioria de conselhos e comitês são estabelecidos por decreto, propõe-se que sejam estabelecidos por lei para que se garanta a sua perenidade;
 - É importante garantir a participação de migrantes na composição dos Conselhos e Comitês, adequando editais para aceitação de documentação, trabalhando sob a perspectiva de gênero, interseccionalidade, interculturalidade e de maneira descentralizada.
Boa Prática identificada – Conselho Municipal de Imigrantes de São Paulo
- (ii) Fortalecer associações e coletivos de migrantes para participação política ativa
 - Necessidade de capacitação e fortalecimento da pessoa migrante para participação social;
 - Fortalecimento e formalização de associações e coletivos de migrantes para participação na política de migrantes, por meio de oficinas de formação, orientação e apoio a grupos que queiram construir tais associações;
 - Flexibilização de requisitos para participação, por meio da adequação de editais e tradução de materiais;

- Disponibilização de informações sobre as competências de cada política setorial e as formas de participação.
- (iii) Garantia de espaços de escutas contínuos, descentralizados e acessíveis, como plataforma, ouvidoria, audiências públicas e consultas públicas.

4. *Maria Badet – Casa da Gente de Barcelona*

- Diagnóstico

- Mais de 4 milhões de brasileiros (as/es) espalhados pelo mundo;
- Ministério de Relações Exteriores é interlocutor do acesso às políticas públicas para brasileiros no exterior, por meio dos Postos Articuladores, indicando a necessidade de estabelecer relação estreita e pensar de maneira articulada com este ator;
- Atualmente não há relação articulada entre MRE e a diáspora brasileira, como exemplifica a desativação do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE), criado em 2010.

- Propostas de melhoria

- (i) Retomada do diálogo com a diáspora brasileira organizada em diferentes espaços
 - Mapear os espaços de atuação em prol dos direitos da diáspora brasileira;
 - Reestabelecer e fortalecer o CRBE.
- (ii) “Não precisamos inventar a roda com relação à diáspora brasileira”
 - Há uma série de documentos e materiais de referência já elaborados (Conferência de 2002 em Lisboa, entre outros) que são frutos do trabalho coletivo da diáspora brasileira, que devem ser utilizados para elaboração de políticas para essa população.
- (iii) Realizar mapeamento criterioso sobre a quantidade de brasileiros no exterior e suas problemáticas, de maneira localizada
 - Com investimento e determinação da política pública
- (iv) Estabelecer um protocolo nas relações entre os Postos Consulares e a diáspora brasileira, para que sejam permanentes e produtivas;
- (v) Prevalência de problemáticas da temática de gênero e sexualidade – violência contra mulheres cis e trans, tráfico e subtração de menores são temas centrais para brasileiros no exterior
 - Necessidade de envolvimento e interesse por parte do governo brasileiro.

5. *Henrique Galeano Balieiro – Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais*

- Diagnóstico

- Maioria dos conselhos são estabelecidos por decreto e com participação por meio de instituição, impedindo a participação direta de migrantes;
- Migração de retorno tem suas próprias demandas e necessidades e precisam ser considerados no desenho dessa Política;
- FENAMI (Frente Nacional de Saúde de Imigrantes) está organizando a Conferência Livre Nacional de Saúde e é um importante espaço para promoção da participação migrante.

- Propostas de melhoria

- É necessário pensar a diretriz nacional de forma a promover a participação efetiva de pessoas migrantes;
- É necessário pensar na forma como o Conselho Nacional e a Conferência Nacional vão subsidiar os conselhos locais;
- Incluir brasileiros retornados nas discussões para construção da Política Nacional – como por exemplo, é necessário pensar em como serão

incluídos os filhos de brasileiros que cursaram a educação básica em outros países e ao retornarem precisaram se valer de políticas para validação de seus diplomas;

- Incluir programas específicos para pessoas refugiadas e migrantes nas políticas setoriais.

6. Andrea Zamur - ACNUR

• Diagnóstico

- Caráter de complementariedade entre o sistema de refúgio brasileiro e a legislação e normativas migratórias próprias. Os institutos não se substituem, mas se complementam e precisam ser consideradas na implementação da Lei 13.445/2017;
- Recomenda-se que todas as menções no marco da Política Nacional sempre visibilizem, considerem e façam referência expressa a refugiados, migrantes e apátridas, nos termos previstos na legislação brasileira vigente.

• Propostas de melhoria

- (i)** Estruturação de um sistema integrado de participação social para essas populações, congregando instâncias de nível nacional e nível local, por meio de cinco mecanismos:
- Estabelecimento de um Conselho Nacional de Refugiados, Migrantes e Apátridas, alternativamente ao Conselho Nacional de Participação Migrantes, Refugiados e Apátridas, com caráter consultivo, composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil e garantindo a inclusão de pessoas refugiadas, migrantes e apátridas e dos dois órgãos colegiados nacionais sobre o tema que já são formalmente constituídos (CONARE e CNIg), focado na elaboração, implementação e monitoramento da Política Nacional e instância adicional, e não substitutiva, ao CONARE e CNIg;
 - Incentivo ao estabelecimento de Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas, contemplando na Política Nacional a previsão de apoio a estados e municípios para a criação e harmonização destes órgãos colegiados, fornecendo diretrizes para seu funcionamento, estabelecendo mecanismos de articulação com o Conselho Nacional e fortalecendo os conselhos e comitês locais já existentes e também o FONACCERAM (Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Migrantes, Refugiados e Apátridas)
 - Promoção da participação de refugiados, migrantes e apátridas nos conselhos de políticas públicas setoriais atualmente existentes, incluindo os ligados à discussão sobre o orçamento público nos âmbitos federal, estaduais e municipais, eliminando barreiras potenciais a esta participação, como as documentais e de acesso efetivo à informação sobre os processos envolvidos, por meio de divulgação abrangente e em diferentes idiomas;
 - Realização periódica das Conferências Nacionais de Migrações, Refúgio e Apátrida, destacando a necessidade da previsão – inclusive orçamentária – de sua realização, com suas respectivas etapas de consultas locais, formalizando-as como instância de coleta de propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas;
 - Garantia de oportunidades regulares e estruturadas de capacitação sobre a temática de participação social para as populações refugiadas, migrantes e apátridas, estimulando a ocupação desses espaços e incluindo o apoio para a formalização de coletivos por meio de

procedimentos facilitados, da elaboração de orientações específicas, da intermediação do diálogo com os órgãos competentes por tais processos e de editais periódicos que prevejam modalidades de apoio financeiro a organizações comunitárias .

- (ii) Promoção do acesso efetivo à informação e do estabelecimento de mecanismos de comunicação com as comunidades
 - Oferecendo conteúdo traduzido em idiomas, por meio de canais diversos e culturalmente adaptados;
 - Estimulando o estabelecimento de ferramentas e campanhas de comunicação com as comunidades tanto sobre as informações já acessíveis quanto sobre os processos de solicitação e obtenção de dados.
- (iii) Garantia da participação social na elaboração da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia
 - Estruturação de audiências públicas regionais e locais, com possibilidade de participação remota e de organização de audiências ou conferências livres;
 - Viabilização de consultas públicas e coleta de insumos gerais por meio de ambientes virtuais;
 - Opção de participação enquanto pessoas físicas ou como grupos articulados;
 - Divulgação ampla, inclusiva e proativa das informações relevantes e etapas de participação.

7. Gabriela Teixeira – Conselho Regional de Psicologia – Paraná

• Diagnóstico

- CERMA – Paraná (Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas) foi constituído a partir de uma lei e é o único estadual do país;
- Há barreiras institucionais que dificultam acesso aos espaços de participação, mesmo naqueles pensados especificamente para migrantes
 - Barreiras institucionais podem ser diversas, como a estrutura, o funcionamento, a forma de ingresso, o horário, etc. Como exemplo, no CERMA há necessidade de os representantes da sociedade civil terem, pelo menos, 2 anos de CNPJ ativo. As organizações migrantes tendem a ser tão dinâmicas quanto os fluxos migratórios e essa exigência [CNPJ ativo por 2 anos] causa uma grande barreira de acesso;
 - Também as conferências, mesmo as livres, mais abertas, e a forma como são organizadas (como participar, para que serve) dificultam o acesso de migrantes;
 - Barreira de acesso também estão presentes nos conselhos de classe, que é outra via possível para pensar na participação social, nesse sentido as dificuldades de revalidação de diplomas é um dos elementos que impedem essa participação.

• Propostas de melhoria

- É preciso pensar não só na constituição de espaços de participação, mas ter atenção às barreiras de acesso e incentivar que se flexibilize procedimentos de acesso;
- Espaços de escuta são muito importantes para que pessoas migrantes possam colocar suas propostas, como é o caso da COMIGRAR;
- Fazer conferências livres regionais para ter maior participação, especialmente de migrantes;

- Incentivo e fortalecimento de redes, como é o caso do FONACERRAM, para diálogo permanente entre órgãos;
- Conselho Nacional tem que ter diálogo efetivo com os conselhos locais;
- Composição do colegiado deve ser pensada não só entre representantes do governo e da sociedade, mas sim a partir de uma lógica tripartite para não haver concorrência entre organizações que assistem migrantes e organizações de migrantes (exemplo de conselho tripartite para inspiração é o conselho de saúde dividido em trabalhador, usuário e gestor);
- Dialogar com conselhos constituídos (de outras políticas) para incentivo a participação de migrantes;
- Promover educação e formação sobre participação social para migrantes.

8. Robert Montinard (Bob) – Mawon

- Diagnóstico:

- Integração de pessoas migrantes, refugiados e apátridas é a resposta à quase todas as demandas de pessoas recém-chegadas;
- Mobilização de pessoas atuantes na temática foi essencial para aprovação da “nova lei de migração” e o momento atual [de constituição da Política Nacional] é ainda mais amplo, há mais democracia no processo e há mais experiências;
- A participação de migrantes na política pública ainda é difícil pois há falta de acesso à informação e falta preparo para ocupar esses espaços;
- Para falar de participação é preciso compreender que não estamos falando de migrantes vulneráveis, mas de lideranças migrantes. E há diferentes perfis entre as lideranças, mas geralmente são pessoas voluntárias e estão frequentemente disponíveis para a comunidade. Há também lideranças que são fundadoras de organizações, outras são funcionários de organizações da sociedade civil e outros ainda são funcionários públicos. “Protagonismo dos migrantes é um clássico” e tem-se observado a participação dos migrantes. A pergunta é como acontece essa participação. Precisa ser considerado que os migrantes costumam ser voluntários nesses espaços de participação enquanto os demais são funcionários remunerados e a participação faz parte do seu trabalho.
- Boas práticas
 - No Rio de Janeiro foi estruturado um coletivo de lideranças migrantes;
 - No COMPARM [Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro] o vice-presidente é um migrante, no CEIPARM [Comitê Estadual intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro], o secretário-executivo é um migrante e, no FONACCERAM, o estado do Rio e a Mawon estão na coordenação provisória.

- Propostas de melhoria

- Oferecer capacitação, não só técnica, mas política para migrantes;
- Oferecer apoio institucional para aquele que querem formalizar e estruturar suas organizações;
- Oferecer apoio financeiro público para essas organizações de migrantes;
- Promover conferências livres para ampliar a participação migrante;
- Mediação intercultural é essencial para promover a participação.

9. Daniel Diowo – Coletivo das Lideranças Migrantes e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do RJ

- Diagnóstico
 - Lideranças estão trabalhando de maneira voluntária e estão fazendo mediação entre as pessoas refugiadas e os serviços públicos;
 - Refugiados que saíram do país estão tendo dificuldades, como vencimento de documentação e falta de apoio dos consulados brasileiros;
 - Os comitês no Rio de Janeiro têm trabalho positivo para aproximar os migrantes e as lideranças para melhor compreensão sobre política. No entanto, há dificuldades materiais para participação (há pessoas migrantes desempregadas, não há apoio para pagar transporte para participação presencial e sem meios para participar online – internet e telefone adequados).

- Propostas de melhoria
 - Tema da migração é um tema muito amplo, sendo assim, o tema deveria ser retirado do Ministério da Justiça e ser criado um ministério próprio para as migrações;
 - Necessidade de efetivar a Política Nacional que se está desenhando, de forma a perceber a mudança na prática e não deixar apenas em termos de decreto/ legislação.

10. Isabel Santos – Viva Rio – Haiti é aqui

- Diagnóstico
 - Boas práticas: destacou a existência de Comitês no Rio de Janeiro (estadual e municipal);
 - As dificuldades de participação de migrantes já discutidas no grupo acresce, no caso das mulheres, um novo fator que diz respeito à “economia do cuidado”, dificultando ainda mais a participação de mulheres;
 - Compreensão sobre funcionamento do Estado e das políticas públicas está associado aos acessos (educação, por exemplo) que cada pessoa teve, o que significa dizer que nem toda sociedade brasileira tem essa compreensão. Soma-se a isso o fato de que cada sociedade, cultura, país tem visões e funcionamentos distintos sobre como se dá a construção de políticas públicas e do Estado, o que é relevante no caso de pessoas migrantes e refugiadas. Migrantes e refugiados são dotados de protagonismo e saber político próprios dos “saberes da vivência”. Falta capacitação para pessoas migrantes que ingressam nos conselhos para compreensão mais ampla e qualificação da participação;
 - Boa prática em capacitação política: UniRio

- Propostas de melhoria
 - É necessário incentivar/fomentar a participação de mulheres nos espaços de participação social de migrantes, e também pensar a paridade relativamente a gênero;
 - Desenvolver um modelo de formação política sobre direitos, organização do estado, formas de participação para migrantes de forma a qualificar a sua participação nesses espaços, a ser elaborada junto com universidades e organizações e disponibilizada para estados e municípios para que incentivem a participação migrante em diferentes conselhos locais – que fique disponível para que possa ser utilizado localmente.

11. Charles Gomes – Especialista / Centro de Proteção de Refugiados e Migrantes Internacionais do Rio de Janeiro (CEPREMI)

- Propostas de melhoria
 - Necessidade de ampliar e democratizar a participação da sociedade civil, de migrantes e refugiados, com direito a voto, no CONARE e no CNIG e não criar outra instância de participação, sendo importante que não seja consultivo, mas com participação do processo de decisão;
 - Para o eixo de regularização: necessidade de uma nova regulamentação da Lei de Migração, com sociedade civil com direito a voto;
 - Para o eixo de relações internacionais: fórum importante de participação CELAC Social (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), promoção do modelo Mercosul Ampliado para toda a região da CELAC e ampliar o livre trânsito, livre mobilidade entre esses países da América Latina e Caribe e promover a participação social em fóruns internacionais.

12. André de Carvalho Ramos – Ministério Público Federal

- Diagnóstico
 - Participação social é indispensável para o cumprimento efetivo daquilo que será deliberado em todos os eixos, ou seja, para a concretude da Política Nacional;
 - Não há ambiente favorável para propor um Projeto de Lei para alterar a Lei 9.474 para mudar a composição do CONARE. Possivelmente não seja um momento estratégico para discutir a Lei 9.474;
 - É possível ter conselhos que envolvam refugiados, apátridas e migrantes, incluindo brasileiros no exterior;
 - Não há sobreposição entre os conselhos já existentes e a criação de um Conselho de Políticas Públicas, pois estes são indispensáveis, dão legitimidade e orientam a adoção de medidas.
- Propostas de melhoria
 - A efetividade da Política Nacional está relacionada diretamente com a criação de Ouvidorias, pois potencializam o empoderamento de migrantes, devem ser externas, entendidas como alternativas para eventuais descumprimentos na prática da Política Nacional, devem ter estrutura adequada, devem poder encaminhar representação contra órgãos implementadores e ter poderes correspondentes para zelar por sua função, com legitimidade na sua eleição, com prazo e mandato determinados e evitando recondução

13. Gustavo Zortea – Defensoria Pública da União

- Propostas de melhoria
 - Conselho Nacional de Participação Social Migrante não pode ter função apenas consultiva, deve ter função fiscalizatória e propositiva.
 - Monitoramento do que está acontecendo dentro do Poder Legislativo, para observar se está surgindo alguma propositura que desestruture o que está sendo construído no âmbito executivo ou que mereça impulsionamento. Como exemplo, menciona-se as Propostas de Emenda Constitucionais (PECs) que preveem a possibilidade de tornar migrantes eleitores nas eleições locais que merecem monitoramento.

14. Matheus Andrade – Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro é o COMPARM

- Diagnóstico

- Experiência do COMPARM [Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro] – comitê paritário (sociedade civil e governo), presidência e vice-presidência alternadas entre sociedade civil e governo, com mandato de 2 anos. COMPARM irá elaborar e lançar o Plano Municipal para que seja feito após o estabelecimento da Política Nacional e haja maior alinhamento entre ambas e para elaboração do Plano Municipal pretende-se que sejam realizadas conferências livres

15. Isabel Santos – Viva Rio – Haiti é aqui (2)

- Proposta de Melhoria
 - Criação de plataforma para compartilhamento das ações realizadas pelas organizações para divulgação e concertação dessas ações, que inclua decisões judiciais relevantes para o tema das migrações

III. Síntese da reunião

- Número de pessoas que estiveram presentes na reunião: 29 (ao final da reunião)
- Número de participantes que fizeram contribuições/falas durante a reunião: 13
- Lista de temas abordados / propostas inicialmente identificadas *(para maior detalhamento, consultar falas dos expositores)*
(as propostas divergentes sobre um mesmo tema estão expostas no mesmo tópico e identificadas da seguinte maneira: proposta a x proposta b)

1. Diáspora Brasileira

- Mapeamento de espaços de atuação;
- Reestabelecimento do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE);
- Mapeamento criterioso, com investimento público, sobre a quantidade de brasileiros no exterior e suas demandas;
- Estabelecimento de protocolo para as relações entre Postos Consulares e diáspora brasileira;
- Envolvimento do governo brasileiro para estabelecer ações ligadas às temáticas de gênero e sexualidade (violência contra mulheres cis e trans, tráfico e subtração de menores etc.).

2. Sistema Integrado de Participação Social de Migrantes, Refugiados e Apátridas

- Constituição do Conselho Nacional de Migrantes, Refugiados e Apátridas;
- Articulação do Conselho Nacional e da Conferência Nacional com Conselhos e Comitês locais;
- Realização periódica de Conferências Nacionais de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR);
- Oferta de capacitações regulares e estruturadas;
- Garantia da ampla participação social no processo de constituição da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

3. Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia

- Estruturação de audiências públicas regionais e locais, com possibilidade de participação remota;
- Organização de audiências ou conferências livres;

- Viabilização de consultas públicas e coleta de insumos gerais por meio de ambientes virtuais;
- Opção de participação enquanto pessoas físicas ou como grupos articulados;
- Divulgação ampla, inclusiva e proativa das informações relevantes e etapas de participação.

4. Sugestão de criação de um Conselho Nacional de Participação Social de Migrantes, Refugiados e Apátridas

- Sugestão de mudança da nomenclatura para Conselho Nacional de Migrantes, Refugiados e Apátridas;
- Com garantia da inclusão de pessoas refugiadas, migrantes e apátridas;
- Foco de atuação na elaboração, implementação e monitoramento da Política Nacional;
- Caráter consultivo x caráter deliberativo;
- Composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil x composição paritária tripartite (governo, organizações de apoio e organizações de migrantes, refugiados e apátridas);
- Composição paritária relativamente a gênero;
- Participação dos dois órgãos colegiados nacionais sobre o tema que já são formalmente constituídos (CONARE e CNlg) x Democratização dos espaços já constituídos (CONARE e CNIG) ao invés de criar um conselho novo;
- Agregar funções fiscalizatória e propositiva ao Conselho Nacional;
- Ter a incumbência de realizar o monitoramento das atividades do Legislativo Nacional.

5. Conselhos e Comitês Locais (municipais e estaduais) e FONACCERAM (Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Migrantes, Refugiados e Apátridas)

- Incentivo ao estabelecimento de órgãos colegiados no nível local;
- Harmonização e diretrizes para estabelecimento e funcionamento
 - Estabelecimento por meio de lei;
 - Garantia a participação de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas;
 - Adaptação de editais para aceitação de documentação;
 - Observar a perspectiva de gênero, interseccionalidade, interculturalidade e descentralização.
- Articulação do Conselho Nacional com atores locais, entre atores locais e articulação com o FONACCERAM;
- Incentivar e fortalecer redes, para diálogo permanente entre órgãos.

6. Conferências Nacionais de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR)

- Necessidade da previsão orçamentária;
- Realização das etapas de consultas locais como parte formalizada da coleta de propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas;
- Possibilidade de realização de conferências livres.

7. Conselhos de Políticas Setoriais

- Desenvolvimento de programas específicos para inclusão de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas;
- Acesso efetivo à informação sobre os processos envolvidos – divulgação ampla e em diferentes idiomas.

8. Incentivo a participação de migrantes, refugiados e apátridas

- Por meio de associações e coletivos de migrantes, refugiados e apátridas
 - Apoio institucional e financeiro;
 - Formalização de coletivos;
 - Flexibilização de requisitos e facilitação de procedimentos;
 - Editais periódicos que prevejam modalidades de apoio financeiro a organizações comunitárias;
- Promoção da mediação intercultural;
- Incentivo material para participação nos conselhos e comitês (como viabilizando o transporte e/ou as condições para participação online).

9. Desenvolver formas de superar as barreiras institucionais existentes

- Flexibilização das regras de participação e procedimentos de acesso, inclusive nos conselhos e comitês específicos para migrantes, refugiados e apátridas;
- Revalidação de diplomas como forma de possibilitar a representação nos Conselhos de Classe

10. Capacitações

- Regulares e estruturadas/ modelo de formação;
- Com foco nas pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, com temas como:
 - Direitos;
 - Participação social e seus espaços constituídos;
 - Funcionamento do Estado brasileiro e das políticas públicas;
 - Formalização de coletivos;
- Capacitação política e não só técnica;
- Disponibilizar modelo/ sistema de capacitações para os municípios e estados de forma a incentivar a participação de migrantes, refugiados e apátridas.

11. Acesso à informação

- Estabelecimento de mecanismos de comunicação com as comunidades;
- Tradução de materiais em diversos idiomas;
- Sobre os processos de solicitação e obtenção de dados.

12. Espaços de escuta permanentes e/ou periódicas

- Plataforma para compartilhamento de ações realizadas e concertação de ações
- Ouvidoria
 - Externas;
 - Como alternativa para eventuais descumprimentos da Política Nacional;
 - Com estrutura adequada para seu funcionamento efetivo;
 - Com possibilidade de encaminhar representação aos órgãos implementadores;
 - Com mecanismos que deem legitimidade às suas eleições (prazo e mandatos estabelecidos, evitando a recondução etc.).
- Audiências públicas.

13. CONARE e CNIG

- Democratização desses espaços já constituídos ao invés de criar um novo conselho.

- Ampliação da participação da sociedade civil, de migrantes e refugiados, com participação no processo decisório dentro desses órgãos colegiados
x Necessidade de avaliar se o ambiente político é favorável para mudança da Lei de Refúgio Brasileira, que seria necessária para a mudança na composição do CONARE

14. Públicos citados para consideração e atenção no desenho da Política Nacional

- Brasileiros retornados
- Brasileiros no exterior
- Refugiados
- Migrantes
- Apátridas
- Mulheres e outras populações vulneráveis

15. Criação de um ministério próprio para as migrações, refúgio e apatridia

- Intercorrências (*apenas se for necessário relatar algo*): ausência de lista de presença

DOCUMENTO PRELIMINAR

REUNIÃO 16/03/2023

I. Identificação

- a. **Modalidade:** Grupo de Trabalho
- b. **Eixo:** EIXO IV – Participação Social
- c. **Data da reunião:** 16/03/2023

d. **Membros do eixo presentes na reunião:**

- (X) Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP
- () Ministério Público Federal – MPF
- () Ministério Público do Trabalho – MPT
- (X) Ministério de Direitos Humanos – MDH
- (X) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do RJ
- (X) Casa do Brasil em Lisboa
- (X) Casa da gente de Barcelona
- (X) Conselho Federal de Psicologia
- () Conselho Estadual de Psicologia PR
- () Conselho Estadual de Psicologia MG
- () Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)
- (X) Defensoria Pública da União - DPU
- (X) Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR
- (X) Organização Internacional para Migrações - OIM
- (X) Província Maria Mãe dos Migrante
- (X) Ação Social Irmandade Sem Fronteiras
- (X) Venezuela Global
- () Cozinha Sem Fronteiras
- (X) Mawon
- (X) Viva Rio
- () Solidarity Center

e. **Especialistas presentes no eixo:**

- () Cyntia Sampaio
- (X) Duval Fernandes
- (X) Charles Pontes Gomes – Centro de Proteção a Refugiados e Migrantes Internacionais
- () Denise Cogo

- f. **Coordenador do Eixo:** Paulo Illes (MJSP) e Amarilis Tavares (MJSP) – reunião conduzida por Amarilis
- g. **Relatora do Eixo:** Camila Breitenvieser (ACNUR)
- h. **Forma de realização da reunião (presencial ou online):** Online, via teams

II. Relatoria

Amarilis Tavares – MJSP (Coordenadora suplente do eixo)

- Boas-vindas e retomada das perguntas de norteadoras do eixo
 - Quais são as estruturas de participação que existem hoje nas quais os migrantes têm protagonismo?
 - Como é possível melhorar a participação dos migrantes?
 - Quais estruturas são preciso criar para garantir a participação social?

- Reforçou a necessidade de os interessados enviarem as contribuições por escrito até dia 22/03;
- Indicou que terão prioridade de uso da palavra as pessoas que não se pronunciaram na primeira reunião;

Paulo Illes – MJSP (Coordenador do eixo)

- Comentou alguns temas que foram trabalhados na primeira reunião do eixo, tais como:
 - Sobre a diáspora brasileira
 - Mapeamento de espaços de atuação;
 - Reestabelecimento do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE);
 - Sobre a instituição de um Sistema Integrado de Participação Social de Migrantes, Refugiados e Apátridas
 - Constituição do Conselho Nacional de Migrantes, Refugiados e Apátridas;
 - Articulação do Conselho Nacional e da Conferência Nacional com Conselhos e Comitês locais;
 - Realização periódica de Conferências Nacionais de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR).
- Destacou que um dos pontos relevantes nas discussões do eixo são os espaços regionais de participação social, como a Conferência Sul-Americana de Migração.

1. Rockmilys Basante Palomo – Ação Social Irmandade Sem Fronteiras

- Diagnóstico
 - A Ação Social é organização de base fundada por migrantes, tem ocupado lugares importantes [de participação social], como CERMA - Paraná [Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas], aportando experiências como instituição que atende migrantes de todas as nacionalidades.
 - Situações diferentes nos processos migratórios de cada migrante, como por exemplo, a necessidade de reconhecimento como refugiado.
- Propostas de Melhoria
 - Criação de leis, normativas que permitam atendimento mais direto em caso excepcionais. A burocracia, execução de todo o “passo a passo”, em algumas situações, leva a complicação das soluções.
 - Participação em conselhos, mas também em “mesas técnicas” [espaços de debate], é fundamental para a integração de quem acolhe [municípios e estados] e de quem está sendo acolhido e para a melhoria das políticas públicas;
 - Projetos de migrantes para migrantes devem ser levados em conta visando a integração real dessas pessoas.

2. Adriano Pistorelo – Província Maria Mãe dos Migrantes

- Diagnóstico
 - Diagnóstico feito [pelas irmãs scalabrinianas] indica que há desconhecimento sobre a existência da possibilidade de participação e dos espaços constituídos.
- Propostas de melhoria

- Ampliação dos espaços de participação e ampla divulgação e informação dos canais de acesso – para a difusão de conhecimento entre migrantes sobre espaços de controle e participação social, para promoção da cidadania ativa de migrantes;
- Fomento e ampliação de boas práticas, de forma a chegar em outros municípios e entes federados, e que a implementação seja por atos normativos sólidos, para que sejam políticas de estado e não de governo;
- Formação/ capacitação também deve chegar aos servidores que trabalham com políticas públicas.

3. *Cyntia de Paula – Casa do Brasil de Lisboa*

- Diagnóstico
 - Mudança legislativa em Portugal – autorização de residência concedida automaticamente para as pessoas do espaço CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] a partir de maio/2023.
- Propostas de melhoria
 - Conselho Nacional deve ser consultado sobre alterações legislativas sobre a matéria, devendo estar previsto no regulamento do Conselho que ele deve dar parecer sobre estas proposituras;
 - É fundamental o debate sobre a participação política das pessoas migrantes e da representatividade nos espaços de decisão política;
 - Medidas específicas de apoio às associações de migrantes, valorizando a organização da sociedade civil para participação social.

4. *César Augusto de las Casas Marín*

- Diagnóstico
 - Autoridades competentes, em especial a Polícia Federal, não oferecem tratamento adequado aos migrantes durante o processo de regularização migratória;
 - Vulnerabilidade de migrantes e refugiados – é comum, especialmente no norte do país, serem vítimas de tráfico de pessoas.

5. *Charles Gomes – CEPREMI*

- Diagnóstico
 - Controle social das políticas públicas é imposição legal da Constituição Federal;
 - Diferentes meios de controle social – participação política depende de alteração na CF (via PEC) e há tramitação no legislativo nesse sentido; ação civil pública (via Judiciário); e, participação social no poder executivo, que é a que está se debatendo.
- Propostas de Melhoria
 - Há diferentes modos de participação social no Executivo, propõe-se que ela seja (i) consultiva (consulta em Conselhos, aprimoramento de políticas públicas já estabelecidos) (ii) participativa (elaboração da política pública, com direito ao voto); (iii) deliberativa (participação ativa, com direito a voto e veto nas portarias e decisões ministeriais);
 - Rever a regulamentação da lei de migração;
 - Criar regulamentação, via decreto, da lei de refúgio, incorporando o direito de voto da sociedade civil, estabelecendo as normas de definição de membros da sociedade civil no Comitê [CONARE];
 - Realizar “Anistia”;
 - Conceder visto de reunião familiar para solicitantes de refúgio;

- Agência Nacional de Migração para substituir a Política Federal nos processos de regularização migratória;
- Recriar o CNIG para regulamentar casos omissos e não delegar aos ministérios, com participação da sociedade civil;
- Rever vetos a Lei;
- Celeridade nos processos migratórios;
- Regulamentar artigo relativo a brasileiros no exterior.

6. Pedro Paulo Bicalho – Conselho Federal de Psicologia / UFRJ

- Diagnóstico

- Necessidade de afirmar explicitamente que a violação de certos direitos da pessoa migrante pode ser equivalente à tortura – o sistema nacional de prevenção e combate à tortura no Brasil tem trabalhado pouco com o tema das migrações;
- No campo do deslocamento forçado, é preciso observar a utilização da noção de consentimento. Não faz sentido falar em consentimento em caso de vulnerabilidade;
- É necessário rever a forma como as forças policiais têm operado as políticas de migração e as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, em que se tem usado a noção de consentimento. Dada a situação de vulnerabilidade questiona a própria noção de vontade e consentimento.

7. Eclair Pires – Identidade Humana Global

- Diagnóstico

- Solicitar que o CONARE apresente seu projeto de atuação nos próximos 4 anos;
- Transversalidade entre ministérios sobre o tema das migrações e refúgio;
- Como pode ser o apoio efetivo da sociedade civil na pauta de migrações e refúgio.

8. Abdul Jarour – Identidade Humana Global

- Diagnóstico

- Questões climáticas como motivação para refúgio e a necessidade de se pensar em como lidar com essas situações e como acolher essas pessoas, como no caso da Síria e Turquia e o terremoto ocorrido, e a necessidade de conceder vistos humanitários para esse tipo de situação.

9. William Vitto – Venezuela Global

- Diagnóstico

- Promoção da integração social e econômica de venezuelanos – a situação venezuelana hoje representa a maior crise de deslocamento forçado do mundo, com mais de 7 milhões de pessoas no exterior, sendo 400 mil no Brasil.
- Participação social é um valor escasso e precisa se traduzir em resultados e na medida que as pessoas não enxerguem a participação como possibilidade de que haja atendimento de seus problemas pelo Estado, há desmotivação para ocupar esses espaços.

- Propostas de Melhoria

- Espaços de participação precisam ser fortalecidos, como Comitês e Conselhos;
- Instituição por meio de leis ao invés de decretos, para garantir perenidade;

- Eleição de participantes da sociedade, por meio de voto das próprias comunidades migrantes;
- Respeitar critérios de proporcionalidade e representatividade;
- Fortalecimento dos espaços de participação para que as decisões se traduzam em políticas públicas que permitam mudar de forma positiva a vida de migrantes, refugiados e apátridas;
- Fortalecimento institucional para que haja sensibilização de atores do poder público;
- Estabelecimento de medidas para que as deliberações desses conselhos possam ser incorporadas nas políticas públicas;
- Municípios e estados devem formular políticas orientadas para as pessoas migrantes, refugiados e apátridas e que possam ser incorporadas em programas que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Participação em lugares de tomada de decisão, com direito ao voto pelo menos no nível local, ou pelo menos como observadores em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas.

10. Robert Montinard (Bob) – Mawon

- Diagnóstico
 - Participação dos migrantes é relevante e funciona bem no COMPARM [Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro] e no CEIPARM [Comitê Estadual intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro].
 - A construção de coletivo de lideranças migrantes tem o propósito de qualificar e capacitar as lideranças migrantes para participar desses espaços.
 - No nível nacional tem o FONACCERAM [Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Migrantes, Refugiados e Apátridas]
 - Rotatividade de membros do governo no FONACCERAM e em outros espaços de participação é ruim porque não permite avanços mais concretos.
- Propostas de Melhoria
 - Nem todos os estados têm conselhos e comitês constituídos, precisam ser incentivados e fortalecidos;
 - Representatividade de migrantes deve estar garantida nos espaços de participação: a questão da paridade precisa ser prevista, especialmente considerando que muitas vezes há competição entre migrantes e refugiados e suas associações e organizações tradicionais de apoio a migrantes e refugiados.

11. Daniel Diowo – Coletivo das Lideranças Migrantes e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do RJ

- Diagnóstico
 - Falta de informações sobre participação em Conselhos e Comitês, que não chegam aos migrantes e refugiados;
 - Resolução de casos é mais fácil via Comitês, uma vez que junta diferentes atores que atuam sobre o tema;
 - Dificuldade de obter concessão de vistos de reunião familiar atinge muitos migrantes e refugiados no Brasil;
 - Demora, por parte do CONARE, na análise do processo de solicitação de refúgio;

- Demora, na Polícia Federal, dos procedimentos para solicitação de naturalização.
- Propostas de Melhoria
 - Difusão de informações precisa contar com o apoio de organizações que atendem pessoas refugiados e migrantes;
 - Necessário incentivar a instalação de comitês em outros estados.

12. Socorro Tabosa – OIM

- Diagnóstico
 - 5 exemplos de fóruns regionais de discussão sobre políticas migratórias:
 - (i) espaço da sociedade civil:
 - Coalizão para a Venezuela – diáspora venezuelana, formada por organizações da sociedade civil que promovem a integração e desenvolvimento de refugiados e migrantes venezuelanos no mundo.
 - Destaca-se que a participação ativa das diásporas precisa ser incentivada e esse é um exemplo disso.
 - (ii) espaços de debate intergovernamental (sociedade civil como ouvinte):
 - Conferência Sul-Americana de Migrações;
 - Fórum Especializado Migratório (FEM) do Mercosul e Países Associados;
 - Processo de Quito (participação social mais avançada, participando ativamente das discussões)
 - Destaca-se que a participação do governo brasileiros nesses espaços é muito importante, haja vista que o Brasil está na vanguarda da atenção a refugiados e migrantes na região.
 - (iii) espaços amplos, com participação ativa da sociedade civil e organizações da ONU
 - Plataforma R4V – mais de 200 organizações, de 17 países da região
 - (iv) espaços de participação de brasileiros na diáspora
 - Conselhos de Representantes Brasileiros no Exterior – importante canal de comunicação entre brasileiros e governo, precisa ser fortalecido
 - Conferências de políticas públicas são essenciais, são espaços muito importantes de participação e deliberação de diretrizes de políticas públicas – 1ª COMIGRAR foi considerada um marco histórico e contou com a participação de diversos setores da sociedade.
- Proposta de melhoria
 - Governo brasileiro pode levar aos fóruns regionais de discussão o estímulo para que eles se abram para a participação da sociedade civil, principalmente de coletivos formados por migrantes;
 - Conselhos – estratégias múltiplas podem ser adotadas: participação ativa tanto nos conselhos setoriais, do fortalecimento de conselhos existentes sobre a temática (CONARE e CNIg), criação de um novo conselho nacional.

13. Isabel Santos – Viva Rio – Haiti é aqui

- Diagnóstico
 - No Chile, migrantes com 5 anos de visto permanente tem direito a voto, no entanto cerca de apenas 20% das pessoas aptas exercem esse direito

– ou seja, para que não seja um direito “esvaziado” é preciso pensar em formas e espaços de pertencimento.

- Propostas de melhoria
 - Formação e capacitação para servidores atuando em políticas setoriais para promover o acolhimento e o sentimento de pertencimento;
 - Mediadores culturais em regiões onde existem números expressivos de atendimento de migrantes nos serviços públicos, especialmente na saúde;
 - Proporcionalidade de representação ou diversidade de representações dentro de espaços de participação social – é necessário ter isso em consideração.

14. Maria Badet – Casa da Gente de Barcelona

- Propostas de Melhoria
 - Necessidade de um levantamento sério sobre dados da diáspora brasileira, pois os dados existentes não correspondem à realidade da diáspora em sua amplitude e diversidade;
 - Muitos brasileiros/as/es deixam de se (re) conhecer como brasileiros, é preciso trabalhar junto a essas pessoas para fomentar a sua participação delas e pressionar o governo brasileiro para que atue em prol dessa população (entender, se aproximar e buscar formas de reconhecimento)
 - Investimento é necessário para fomentar o espaço diplomático brasileiro como espaço de cidadania e não apenas em serviços cartoriais;
 - Voto Imigrante – a possibilidade de existir um deputado imigrante é uma discussão antiga e que não há consenso, mas que precisa ser recolocada nos espaços de decisão;
 - Há dissidências do CRBE que também são representativos da comunidade, como fomentar e contribuir para o diálogo desses diferentes espaços para que sejam representativos e estabelecer critérios para participação e mapear quais são esses espaços
 - Perspectiva de raça, gênero e sexualidade são fundamentais para pensar nas questões da diáspora brasileira.

15. Rockmilys Basante Palomo – Ação Social Irmandade Sem Fronteiras (2)

- Propostas de Melhoria
 - Flexibilizar as exigências para naturalização (demanda de muitos migrantes);
 - Como apoiar organizações de migrantes para que haja maior participação, inclusive em “mesas técnicas” organizadas em lugares onde migrantes possam contribuir diretamente.

16. Charles Gomes – CEPREMI (2)

- Proposta de Melhoria
 - Criação da Agência Nacional da Migração: nova autoridade migratória que significaria o abandono completo do viés securitário e a adoção da perspectiva dos direitos humanos.
 - Ministério das Relações Exteriores (MRE) precisa estar envolvido na construção da nova Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

17. Abdul Jarour – Identidade Humana Global (2)

- Diagnóstico
 - CONDEPE [Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana] órgão do governo do estado de São Paulo com ampla participação de migrantes e refugiados.

- Tempo de fala nas reuniões é um ponto de atenção, uma vez que migrantes e refugiados que não falam a língua portuguesa como primeira língua têm mais dificuldade de se expressar.

III. Síntese da reunião

- Número de pessoas que estiveram na presentes na reunião: 25 (ao final da reunião).
- Número de participantes que fizeram contribuições/falas durante a reunião: 14
- Lista de temas abordados / propostas inicialmente identificadas *(para maior detalhamento, consultar falas dos expositores)*
(as propostas divergentes sobre um mesmo tema estão expostas no mesmo tópico e identificadas da seguinte maneira: proposta a x proposta b)

1. Mecanismos para efetivação da participação

- Participação em “mesas técnicas” [espaços de debate] é fundamental para a integração de quem acolhe [municípios e estados] e de quem está sendo acolhido e para a melhoria das políticas públicas;
- Valorização de projetos de migrantes para migrantes;
- Medidas específicas de apoio às associações de migrantes (valorizando a organização de migrantes);
- Direito ao voto e à representação política;
- Direito ao voto, pelo menos no nível subnacional.

2. Acesso à informação

- Ampla divulgação e informação dos canais de acesso;
- Contar com o apoio de organizações que atendem pessoas refugiados e migrantes.

3. Formação

- Para migrantes – difusão de conhecimento entre migrantes sobre espaços de controle e participação social e promoção da cidadania ativa de migrantes;
- Para servidores atuantes em políticas setoriais que atendem migrantes, promover o acolhimento e o sentimento de pertencimento.

4. Conselho Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia

- Prever que o Conselho seja consultado e emita parecer sobre proposições que tramitem no legislativo sobre a matéria;
- Consultivo (consulta em Conselhos, aprimoramento de políticas públicas já estabelecidos), participativo (elaboração da política pública, com direito ao voto) e deliberativo (participação ativa, com direito a voto e veto nas portarias e decisões ministeriais);
- Proporcionalidade de representação X diversidade de representações dentro de espaços de participação social.

5. Conselhos e Comitês

- Respeitar critérios de proporcionalidade e representatividade;
- Instituição por meio de leis ao invés de decretos;
- Eleição de participantes da sociedade, por meio de voto das próprias comunidades migrantes;
- Estabelecer medidas para que as deliberações desses conselhos possam ser incorporadas nas políticas públicas;
- Incentivar a criação e novos comitês nos estados e municípios;

- Garantir a representatividade de migrantes nos espaços de conselhos e comitês (competição entre associações de migrantes e organizações tradicionais).

6. CNIG e CONARE

- Recriar o CNIG para regulamentar casos omissos e não delegar aos ministérios, e com participação da sociedade civil;
- Criar regulamentação, via decreto, da lei de refúgio, incorporando o direito de voto da sociedade civil, estabelecendo as normas de definição de membros da sociedade civil no Comitê [CONARE].

7. Espaços regionais de participação

- Participação ativa das diásporas precisa ser incentivada;
- Participação do governo brasileiros nesses espaços é muito importante;
- Estímulo do Governo Brasileiro para que os espaços regionais se abram para a participação da sociedade civil, principalmente de coletivos formados por migrantes;
- Estabelecer e fortalecer canais de comunicação entre brasileiros e governo, precisa ser fortalecido.

8. Diáspora Brasileira

- Investimento para fomentar o espaço diplomático brasileiro como espaço de cidadania e não apenas em serviços cartoriais;
- Voto Imigrante –a possibilidade de existir um deputado imigrante é uma discussão antiga e que não há consenso, mas que precisa ser recolocada nos espaços de decisão;
- Fomentar e contribuir para o diálogo desses diferentes espaços para que sejam representativos e estabelecer critérios para participação e mapear quais são esses espaços;
- Perspectiva de raça, gênero e sexualidade são fundamentais para pensar nas questões da diáspora brasileira.

9. Outros temas

- Flexibilização de normas burocráticas para atendimento de casos excepcionais;
- Realização da Anistia;
- Criação da Agência Nacional Migratória;
- Incorporar o tema das migrações, refúgio e tráfico de pessoas às discussões e ações do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
- Questões climáticas: necessidade de pensar como acolher pessoas nessas situações, como por exemplo, por meio da concessão de visto humanitário;
- Municípios e estados devem formular políticas orientadas para as pessoas migrantes, refugiados e apátridas e incorporar essas populações em programas já estabelecidos;
- Flexibilizar as exigências para naturalização.

REUNIÃO 21/03/2023

I. Identificação

- a. **Modalidade:** Grupo de Trabalho
- b. **Eixo:** EIXO IV – Participação Social
- c. **Data da reunião:** 21/03/2023

d. **Membros do eixo presentes na reunião:**

- (X) Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP
- (X) Ministério Público Federal – MPF
- () Ministério Público do Trabalho – MPT
- (X) Ministério de Direitos Humanos – MDH
- () Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do RJ
- (X) Casa do Brasil em Lisboa
- (X) Casa da gente de Barcelona
- () Conselho Federal de Psicologia
- () Conselho Estadual de Psicologia PR
- () Conselho Estadual de Psicologia MG
- () Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)
- (X) Defensoria Pública da União - DPU
- (X) Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR
- (X) Organização Internacional para Migrações - OIM
- (X) Província Maria Mãe dos Migrante
- () Ação Social Irmandade Sem Fronteiras
- () Venezuela Global
- () Cozinha Sem Fronteiras
- () Mawon
- (X) Viva Rio
- () Solidarity Center

e. **Especialistas presentes no eixo:**

- () Cyntia Sampaio
- (X) Duval Fernandes
- (X) Charles Pontes Gomes – Centro de Proteção a Refugiados e Migrantes Internacionais
- (X) Denise Cogo

f. **Coordenador do Eixo:** Paulo Illes (MJSP) e Amarilis Tavares (MJSP) – reunião conduzida por Paulo Illes

g. **Relatora do Eixo:** Camila Breitenvieser (ACNUR)

h. **Forma de realização da reunião (presencial ou online):** Online, via teams

II. Relatoria

Paulo Illes – MJSP (Coordenadora do eixo)

- Boas-vindas e orientações sobre a dinâmica da reunião (apresentação dos temas abordados nas reuniões anteriores e debate com priorização daqueles que não fizeram uso da palavra até o momento) (*ver documento anexo da apresentação*)

1. **Altino Soares Mulungu - Escritório de Assistência à Cidadania Africana em PE (EACAPE)**

- Diagnóstico
 - Há um Comitê Estadual em Pernambuco para as migrações, refúgio e apatridia composto por órgãos do estado e da sociedade civil;
 - Senegaleses, angolanos, venezuelanos (indígenas Warao e não indígenas), sírios e chineses são grupos presentes no estado;
 - Ausência de políticas públicas para migrantes;
 - Atuação das organizações da sociedade civil é essencial para promoção de direitos de migrantes.
- Proposta de melhoria
 - Estabelecer convênio de cooperação acadêmica com os países de origem de migrantes e possivelmente atrair acadêmicos para Pernambuco, mencionando especialmente países africanos.

2. **Neli Anjos – Identidade Humana**

- Diagnóstico
 - A lei é exemplar, desde que efetivada como deveria. Embora o Brasil receba pessoas migrantes, precisa desenvolver políticas de acolhimento e ter capilaridade para promover integração social, com moradia, emprego, curso de português
 - Só receber pessoas [migrantes e refugiadas] significa salvar vidas, mas é preciso pensar em outras políticas para não as expor a outras vulnerabilidades, como situações de trabalho escravo e tráfico de pessoas. Exemplificou com a situação afegã no aeroporto de Guarulhos em 2022;
 - Organizações da sociedade atuam onde o estado não dá conta, como no caso do acolhimento. Mas para isso, precisa de financiamento. E tem ocorrido por editais ou por emendas e tem sido dificultoso o processo de prestação de contas por parte das instituições, no caso das emendas;
 - Protocolo de refúgio é suficiente para trabalhar formalmente no país, mas na plataforma e-social não permite outro documento do que o RG (brasileiro);
 - Há desconhecimento da sociedade, especialmente de empresas, sobre a possibilidade de contratar solicitantes de refúgio.

3. **Denise Maria Cogo – ESPM, Grupo de Pesquisa Deslocar**

- Diagnóstico
 - Necessidade de pensar o impacto da cultura digital e das tecnologias na vida de migrantes uma vez que se vive um processo acelerado de digitalização;
 - É preciso levar em consideração barreiras de acesso à internet e mídias digitais, tem-se notado a existência de dificuldades de acesso e no uso das tecnologias por parte de migrantes. Estas ferramentas não são tão democráticas quanto parecem e a inclusão é desigual;
 - O uso das tecnologias é necessário nos processos de regularização, no acesso às políticas públicas, em toda a vida social;
 - Processos de desinformação é muito grande entre migrantes;
 - Financeirização e fraude nos meios digitais atinge migrantes;
 - Vigilância a partir do digital atinge migrantes;
 - Uso das plataformas de serviços públicos são difíceis e há cada vez mais sofisticação nos processos de uso da internet.
- Propostas de Melhoria

- Literacias (alfabetização digital) - é importante pensar numa política que contemple diferentes literacias para lidar com questões de desinformação e uso das plataformas de acesso;
- Políticas identitárias precisam ser consideradas - não para fragmentar, mas pensar em especificidades (gênero, LGBTQIA+, infâncias migrantes e raça).

4. Carlos Alberto Ricardo Júnior – Ministério de Direitos Humanos e Cidadania/ Coordenação Geral da Promoção de Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiados e Apátridas

- Diagnóstico
 - Em colegiados de População em Situação de Rua, dada a vulnerabilidade dessa população, não há exigência de formalização para participação das organizações no colegiado.
- Propostas de Melhoria
 - I. Comitê Nacional
 - Reforçar a importância de ter um órgão colegiado nacional, a depender das funções definidas, o formato adequado pode ser um Comitê ou Conselho, mas deve ser voltado à implementação e controle social da Política Nacional de Migrações;
 - Prever uma forma de adesão de estados e municípios à Política Nacional, em que a condição para adesão à política seja a criação de conselhos/comitês locais. O que seria possível considerando os casos em que haja repasse de recurso federal para essas localidades implementem serviços específicos para essa população;
 - Desburocratizar requisitos para promover a participação social de migrantes (por exemplo a exigência de formalização/CNPJ) e garantir que a participação seja de organizações que, mesmo não formalizadas, de fato representem suas comunidades;
 - II. Ampliar o debate e participação para fechar proposta final da Política Nacional.

5. Maria Badet – Casa da gente de Barcelona

- Propostas de Melhoria
 - CRBE – retomada e revisão do espaço de participação social cidadã, fomentando a participação de organizações da sociedade civil com atuação reconhecido junto à comunidade brasileira. Amplificar a participação para aqueles que não fazem parte desse espaço formal. Por exemplo, a Conferência de Brasileiros no Mundo, articulado por CRBE, deve convidar outros representantes da diáspora brasileira
 - Importância de destacar temáticas de gênero, sexualidade e luta antirracista para diáspora brasileira. É necessário um “holofote para essas temáticas”

6. Gustavo Zortea – Defensoria Pública da União (DPU)

- Propostas de Melhoria
 - Constituir uma Ouvidoria Nacional de Migrações, a exemplo da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e da Ouvidoria Nacional de Serviços Penais, formada por migrantes e externa aos órgãos de implementação;
 - Importância da participação de migrantes nos órgãos de emergência humanitária, como o Comitê Federal de Assistência Emergencial e a Operação Acolhida, que não têm representantes de pessoas venezuelanas;

- Grupo específico a ser considerado: solicitantes de refúgio e refugiados brasileiros.

7. Andrea Zamur – ACNUR

• Propostas de Melhoria

- Arcabouço jurídico nacional garante o direito a participação política das pessoas refugiadas, migrantes e apátridas para incidir sobre temas de seu interesse no país. Essa participação deve ser fortalecida pela Política Nacional, inclusive com a garantia de dotação orçamentária específica para sua viabilização;
- Necessidade da criação de um Sistema Integrado de participação social de refugiados, migrantes e apátridas, com: (i) articulação entre conselhos e comitês nos diversos níveis federativos e nos conselhos e comitês já existentes de políticas setoriais; (ii) estabelecimento de um Conselho Nacional específico para o acompanhamento e monitoramento da Política Nacional, com a participação de refugiados, migrantes e apátridas, como instância adicional e não substitutiva dos espaços já existentes e com funções específicas, como o CONARE e o CNIg; (iii) com conexão com as atividades legislativas, com a possibilidade de que o Conselho emita pareceres sobre proposições que tramitem no Congresso Nacional sobre a matéria e um estreitamento do relacionamento com as Comissões de trabalho já existentes, como a Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados;
- A criação de espaços institucionalizados não é suficiente para garantir o efetivo exercício da participação social e política de refugiados, migrantes e apátridas. Deve haver um foco específico na (i) formação política dessas pessoas; (ii) uma abordagem ampla, inclusiva e proativa de comunicação; (iii) a flexibilização e adaptação de requisitos documentais; (iv) incentivos para a participação - por meio, por exemplo, da oportunização de transporte gratuito e/ou as condições para participação online; e (v) fortalecimento das organizações e coletivos de refugiado, migrantes e apátridas, inclusive por meio de editais que propiciem apoio financeiro a estes grupos.

8. Cintia de Paula – Casa do Brasil de Lisboa

• Propostas de Melhoria

- Gênero, Racismo e Xenofobia são temáticas que têm que ser transversais em todos os mecanismos propostos;
- Em relação à diáspora brasileira, especificamente no que tange à violência doméstica e de gênero, precisa ser criado um diálogo nos consulados, com campanhas de atendimento e articulação com os países onde estão os brasileiros para que haja uma uniformidade maior entre eles;
- Voto migrante – necessário cuidado para não cair na questão da reciprocidade para concessão de votos.

9. Eclair Pires – Identidade Humana Global

• Diagnóstico

- Conselhos e comitês precisam ser política de estado e evitar o desmonte desses espaços;
- Lei de Segurança Nacional precisa ser revista;
- Atendimento na parte de consulados e embaixadas precisa ser revisto;
- Desenhar um novo arcabouço jurídico para o tema;
- Revalida – acelerar o processo de revalidação;

- Necessidade de debater o esboço do desenho da Política Migratória.

10. Daniel Diowo – Coletivo das Lideranças Migrantes e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do RJ

- Diagnóstico
 - Organização Internacional do Trabalho (OIT) pode ser ator relevante para retorno de brasileiros;
 - Falta de divulgação e informação sobre os trabalhos desenvolvidos no GT de constituição da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia para que toda a comunidade brasileira saiba disso.
- Propostas de Melhoria
 - Necessidade de estabelecer uma política para regularização de vendedor ambulante migrante e refugiado;
 - Necessidade de pensar em política de integração para migrantes que chegam de forma irregular ao Brasil;
 - Ouvidoria Nacional de Migrantes deve ser implementada.

11. Abdul Jarour – Identidade Humana Global

- Diagnóstico
 - Rede de organizações, entidades, coletivos de atuação na causa migratória não é unida e isso é extremamente importante para promover a participação e inclusão de refugiados e migrantes;
 - Ainda há muitos lugares (estados e municípios) no Brasil em que migrantes e refugiados não têm lugar de fala, não estão empoderados, e acabam sendo representados por pessoas que não são migrantes e refugiados;
 - Integração interna de cada comunidade/nacionalidade ocorre facilmente, mas com brasileiros é mais difícil.

12. Carla Lorenzi – OIM

- Diagnóstico
 - Compromisso com a construção, monitoramento e implementação da Política Nacional.
 - Importância de fortalecer os Conselhos e Comitês locais de políticas para migrantes, mas também os conselhos de políticas setoriais com participação ativa de pessoas migrantes.
 - Importância de facilitar o acesso efetivo da população aos espaços de participação social e política.
 - Importância de garantir espaços de escuta e participação social periódicos, tanto para migrantes, refugiados e apátridas que vivem no Brasil, como para brasileiros retornados e brasileiros que vivem no exterior, incluindo refugiados e solicitantes de refúgio brasileiros, e atento ao recorte de gênero, raça e etnia, e realizando atividades de forma descentralizada.

13. Truyitralau Tappa – MJSP

- Pontos principais discutidos:
 - Convênios e acordos acadêmicos com países africanos;
 - Brasil precisa se tornar um país acolhedor, não só receptor;
 - Não acolhida adequada pode expor pessoas a outras vulnerabilidades;
 - Dificuldade de reconhecimento de migrantes e solicitantes de refúgio;
 - Migrantes como alvo de vigilância a partir do digital;
 - Órgão colegiado e a importância de assegurar o engajamento de estados e municípios para criar colegiados locais;

- Reestabelecimento e revisão do CRBE, fomentando participação social;
- Questões de raça e gênero para pensar brasileiros no exterior;
- Ouvidoria de Migrações;
- Migrantes e refugiados participantes dos órgãos de emergência humanitária;
- Formação política;
- Flexibilização documental;
- Voto migrante e não cair nas propostas de reciprocidade;
- Acelerar o Revalida;
- Substituir militares da Operação Acolhida por funcionários do Ministério de Desenvolvimento Social;
- Necessidade de debater o esboço do desenho da Política Migratória;
- Assistência para brasileiros retornados;
- União da rede de organizações e coletivos que trabalham sobre o tema;
- Acesso aos espaços de participação;
- Gênero, Raça e etnia apareceram em diversas falas.

14. Charles Gomes - CEPREMI

- Diagnóstico
 - Retorno das respostas emergenciais para o Ministério de Desenvolvimento Social;
 - Incluir venezuelanos na estrutura de governança da Operação Acolhida.

15. Altino Soares Mulungu - Escritório de Assistência à Cidadania Africana em PE (ECAPE) (2)

- Diagnóstico
 - Incluir migrantes médicos residentes no Brasil no Programa Mais Médicos

III. Síntese da reunião

- Número de pessoas que estiveram presentes na reunião: 23 (ao final da reunião)
- Número de participantes que fizeram contribuições/falas durante a reunião: 14
- Lista de temas abordados / propostas inicialmente identificadas
(para maior detalhamento, consultar falas dos expositores)
(as propostas divergentes sobre um mesmo tema estão expostas no mesmo tópico e identificadas da seguinte maneira: proposta a x proposta b)

1. Conselho Nacional de Participação Social de Migrantes, Refugiados e Apátridas

- Voltado à implementação e controle social da Política Nacional de Migrações;
- Prever uma forma de adesão de estados e municípios à Política Nacional, em que a condição para adesão à política seja a criação de conselhos/ comitês locais. O que seria possível considerando os casos em que haja repasse de recurso federal para essas localidades implementem serviços específicos para essa população;
- Desburocratizar requisitos para promover a participação social de migrantes (por exemplo a exigência de formalização/ CNPJ) e garantir que a participação seja de organizações que, mesmo não formalizadas, de fato representem suas comunidades;
- Conselho Nacional específico para o acompanhamento e monitoramento da Política Nacional, com a participação de refugiados, migrantes e apátridas, como instância adicional e não substitutiva dos espaços já existentes e com funções específicas, como o CONARE e o CNIG;
- Possibilidade de que o Conselho emita pareceres sobre proposições que tramitem no Congresso Nacional sobre a matéria e um estreitamento do

relacionamento com as Comissões de trabalho já existentes, como a Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados.

2. Conselhos e Comitês Locais (municipais e estaduais) e

- Articulação entre conselhos e comitês nos diversos níveis federativos e nos conselhos e comitês já existentes de políticas setoriais

3. Diáspora Brasileira

- CRBE – retomada e revisão do espaço de participação social cidadã, fomentando a participação de organizações da sociedade civil com atuação reconhecido junto à comunidade brasileira. Amplificar a participação para aqueles que não fazem parte desse espaço formal. Por exemplo, a Conferência de Brasileiros no Mundo, articulado por CRBE, deve convidar outros representantes da diáspora brasileira;
- Importância de destacar temáticas de gênero, sexualidade e luta antirracista para diáspora brasileira. É necessário um “holofote para essas temáticas”;
- Quanto à violência doméstica e de gênero, precisa ser criado um diálogo nos consulados, com campanhas de atendimento e articulação com os países onde estão os brasileiros para que haja uma uniformidade maior entre eles;
- Revalida – acelerar o processo de revalidação de diplomas.

4. Espaços de escuta permanentes e/ou periódicas

- Ouvidoria Nacional de Migrações, formada por migrantes e externa aos órgãos de implementação.

5. Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia

- Ampliar o debate e participação para fechar proposta final da Política Nacional.

6. Mecanismos para efetivação da participação

- Voto migrante – necessário cuidado para não cair na questão da reciprocidade para concessão de votos;
- Formação política de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas;
- Abordagem ampla, inclusiva e proativa de comunicação;
- Flexibilização e adaptação de requisitos documentais;
- Incentivos para a participação – por meio, por exemplo, da oportunização de transporte gratuito e/ou as condições para participação online;
- Fortalecimento das organizações e coletivos de refugiado, migrantes e apátridas, inclusive por meio de editais que propiciem apoio financeiro a estes grupos.

7. Outros temas

- Incluir a participação de migrantes nos órgãos de emergência humanitária, como o Comitê Federal de Assistência Emergencial e a Operação Acolhida;
- Estabelecer convênio de cooperação acadêmica com os países de origem de migrantes, em especial africanos;
- Literacias (alfabetização digital) – é importante pensar numa política que contemple diferentes literacias para lidar com questões de desinformação e uso das plataformas de acesso
- Necessidade de estabelecer uma política para regularização de vendedor ambulante migrante e refugiado;
- Políticas identitárias precisam ser consideradas, considerando especificidades (gênero, LGBTQIA+, infâncias migrantes e raça).

8. Públicos citados para serem considerados na Política Nacional

- Grupos específicos a serem considerados: solicitantes de refúgio e refugiados brasileiros;
- Mulheres, cis e trans;
- Pessoas LGBTQIA+.

DOCUMENTO PRELIMINAR